

SÉRIE INTERNACIONAL DE WEBINARS

Fundo Soberano para Estabilizar a Economia e Catalisar a Boa Governação e o Crescimento Inclusivo?

Nota de Imprensa

Apesar dos constrangimentos no mercado internacional de energia criados pela pandemia da Covid-19, espera-se que na próxima década Moçambique se torne numa grande referência do mercado global de gás natural, com mais de 30 mmtpa de gás natural liquefeito (GNL), o que equivale à capacidade conjunta de produção da Nigéria e da Argélia. As descobertas de gás na Bacia do Rovuma estão divididas em duas concessões: Área 1 (75 TCF) liderada petrolífera francesa, a Total (anteriormente Anadarko) e a Área 4 (90 TCF) liderada pela petrolífera italiana, a ENI.

Grandes instalações de infra-estruturas de GNL em terra estão definidas para iniciar brevemente, após o consórcio liderado pela petrolífera francesa, a Total, ter concluído recentemente o financiamento de 16 bilhões de dólares para uma parte da sua concessão da Área 1, no norte de Cabo Delgado. Este é o segundo grande marco na monetização das reservas de gás de classe mundial de Moçambique, após o início da construção da unidade de produção para o projecto *Coral Floating LNG (FLNG)* em 2018. As primeiras exportações de gás do *Coral Floating LNG (FLNG)* estão programadas para o final de 2022.

O Governo vê nas receitas a obter dos projectos de exploração de GNL um factor de transformação estrutural da economia de Moçambique, uma vez que o GNL tem o potencial para fornecer receitas substanciais para financiar as despesas de investimento necessárias para o desenvolvimento do País. No entanto, as projecções económicas em relação à indústria extractiva continuam altamente especulativas. As projecções de receitas anteriores geradas pelo Fundo Monetário

Internacional (FMI)¹, o Plano Director de Gás financiado pelo Banco Mundial², e as análises do Standard Bank³ encomendadas pela Anadarko sugeriram receitas governamentais de GNL muito substanciais, entre o início e os meados da década de 2020. Todas essas previsões pressupunham exportações antecipadas, a rápida expansão da capacidade de produção e os preços muito altos do GNL⁴.

É de salientar que o contexto mudou dramaticamente como resultado, não apenas de factores globais, como por exemplo os preços baixos e a pandemia da Covid-19, mas também de factores internos como a má governação, a crise económica severa e a insurgência militar próximo das concessões de gás natural em Cabo Delgado. No entanto, Moçambique continua firmemente posicionado para tornar-se num dos 10 principais fornecedores de GNL. Todavia, muitos especialistas mostram-se cépticos de que o Governo garantirá que os ganhos monetários da exploração de GNL beneficiem a população. Apesar da abundância de recursos naturais e do crescimento económico nas últimas duas décadas, com uma taxa média de crescimento de 7%, entre 2005 e 2014⁵, Moçambique teve uma má classificação nos principais índices de desenvolvimento e de governação económica. Em 2018, Moçambique classificou-se entre os 8 últimos países no Índice de Desenvolvimento Humano Mundial e, em 2019, classificou-se em 146/180 no Índice de Percepção de Corrupção (IPC), com 26 pontos num total de 100.

O Plano Director de Gás (GMP) identifica várias opções para a gestão de receitas fiscais provenientes da exploração de GNL, incluindo a criação de um Fundo Soberano (FS); a criação de um Banco Nacional de Desenvolvimento ou Fundo Soberano de Desenvolvimento (FSD); financiamento de parcerias público-privadas (PPP); canalização de fundos para o sistema bancário privado e a distribuição directa de dinheiro aos cidadãos. Tendo em consideração a má experiência do país em termos de transparência e prestação de contas, um sinal verde para gastar imediatamente bilhões de dólares das potenciais receitas fiscais de GNL significaria uma receita para o desastre.

O FMI tem aconselhado o Governo no que concerne à temática do FS, porém a experiência dos países africanos sugere que o FS já não se afigura uma garantia para evitar o saque de fundos do Estado para fins políticos ou de grupos de interesse. Mas a ideia de um FS tem apoio de alto nível no banco central, o Banco de Moçambique. No entanto, alguns círculos de doadores reconhecem que um

¹ <https://www.imf.org/external/pubs/ft/dp/2014/afr1404.pdf>

² <http://www.inp.gov.mz/Highlights/Development-of-a-Gas-Master-Plan-for-Mozambique>

³ <https://www.standardbank.co.mz/en/News/LNG-projects-between-2017-and-2022-Projected-FID-is-around-35-billion-US-dollars>

⁴ <https://www.oxfordenergy.org/wpcms/wp-content/uploads/2014/04/NG-86.pdf>

⁵ <https://tradingeconomics.com/mozambique/gdp-growth-annual>

quadro de gestão de receitas focado na poupança que transferisse, efectivamente, a riqueza das actuais gerações para as gerações futuras não seria apropriado, devido aos níveis de pobreza de Moçambique e as necessidades imediatas de desenvolvimento.

O que fica claro é que a experiência recente com a gestão das receitas dos impostos sobre as mais-valias sugere que existe uma necessidade de preparação da gestão das finanças públicas. Neste sentido, embora a literatura demonstre que existem dois tipos de FS, nomeadamente o de poupança e o de estabilização, a sociedade civil acredita que, se adequadamente elaborados, os FS podem também ser um catalisador da boa governação no contexto de gestão das finanças públicas. É nesse contexto que o CDD, FMO e PIE estão a organizar uma série de *webinars* para reunir experiências internacionais dos mercados emergentes de petróleo e gás atinentes às opções de política para a gestão de receitas extraordinárias de projectos de petróleo e gás. Os *webinars* visam aumentar o conhecimento e a capacidade das organizações da Sociedade civil para participar, de forma significativa, e liderar os debates sobre as políticas do Governo de Moçambique para a gestão das receitas da Bacia do Rovuma.

Haverá ao todo 7 *webinars*. O *webinar* de abertura será realizado no dia 14 de Agosto de 2020. O orador principal será Benjamin Boakye, Director Executivo do Centro Africano para Política Energética (ACEP), que irá falar da experiência do Gana. Os *webinars* seguintes terão, sucessivamente, os seguintes oradores: o Professor Immanuel Botlhale (Botswana); o jornalista Rafael Marques (Angola), o activista social Loyd Atiku (Nigéria); o activista social Charles Scheiner (Timor Leste), o Professor Will Hout (Suriname); e o Fundo Solidário (África do Sul).

Os panfletos com os detalhes de cada *webinar* serão divulgados na véspera de cada webinar. Todos os *webinars* serão realizados através da plataforma Zoom, com a tradução simultânea para Português e Inglês.

Para mais informações, queira, por favor, contactar o Sr. Agostinho Machava (agostinho.machava@cddmoz.org | +258 843 423 740).

📍 Rua Dar-Es-Salaam, N° 279, Bairro da Sommerschild, Maputo-Moçambique 📞 +258 21 085 797 ✉ info@cddmoz.org

🌐 www.cddmoz.org

🐦 @CDD_Moz

📘 @CDDMoz

📷 @cdd_moz